

Outubro 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Uniprev e banco sul-africano financiam projecto habitacional Ondjwo Yeto	1
1.2 Previsão de inflação para o próximo ano catalizou o noticiário económico	1
1.3 NovoBanco abre com USD meio milhão em créditos	2
1.4 Acordo com FMI condiciona conferência de doadores	2
1.5 Ministra defende urgência na redução da pobreza	2
2.0 HIV/SIDA	3
2.1 “Situação da SIDA no país é preocupante”, ministra da Saúde	3
2.2 “Projecto Sida” da Odebrecht consome USD 800 mil	4
2.3 Frei João Domingos insurge-se contra uso do preservativo	4
2.4 Odebrecht dá USD um milhão para combate à Sida	4
3.0 MERCADO INFORMAL	5
3.1 JMPLA em Luanda quer por fim a venda ambulante	5
3.2 Retirada dos ambulantes das ruas	5
4.0 GOVERNAÇÃO	5
4.1 Bornito de Sousa defende eleições com nova Constituição	5
4.2 Filho de Samakuva ingressa no MPLA	6
4.3 Angola entre os países mais burucraticos no Mundo	6
4.4 Presidente da República mexeu no GURN	7
4.5 Samakuva será candidato a Presidente	7
5.0 PAZ RECONCILIAÇÃO	10
5.1 Quadros na diáspora devem ser encorajados a participar na reconstrução nacional	10
5.2 Paz tem facilitado relacionamento com a UNESCO	10
5.4 França quer participar na reconstrução do país	11
5.5 "Não ha possibilidades de novo conflito em angola"	11
6.0 Serviços básicos	13
6.1 Luanda terá nova empresa de limpeza	13
6.2 Britânicos querem ajudar no saneamento de Luanda	13
6.3 Moradores Aflitos E Indignados.Elisal cria entreposto de lixo na praia do bispo	14
7.0 Situação humanitária	14
7.1 Cerca de 250 mil angolanos já regressaram ao país	14
7.2 INAC vai executar programa a favor de meninos de rua	17
7.3 Apesar de novas doações, PAM em Angola enfrenta carências financeiras	17
7.4 Criado gabinete de Reconstrução e reabilitação Nacional	18
7.5 Parceiros humanitários preocupados com falta de apoio	18
7.6 Governo dos Estados Unidos apoia projectos de ONG	19
8.0 OUTROS	19
8.1 Cunene: 75% da população não fala português	19
8.2 Serviços angolanos de Inteligência controlam redes de terroristas - afirma especialista	20

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Uniprev e banco sul-africano financiam projecto habitacional Ondjwo Yeto

ANGOP...11-10-2004

A Associação de Benefícios e Previdência de Angola (Uniprev) e o Banco Apson da África do Sul vão esta semana firmar um acordo que visa a concessão de um crédito avaliado em um bilião de dólares norte-americanos, para financiar o início da construção de 32 mil residências do projecto habitacional “Ondjwo Yeto”. O presidente executivo da Uniprev, José Manuel Arsénio, disse à Angop que o dinheiro será entregue de forma faseada, cujo tempo não foi revelado, e as primeiras 15 mil residências comecam a ser construídas a partir de Janeiro de 2005 nas províncias de Luanda, Huíla, Zaire e Cabinda. Para a primeira fase, o Governo concedeu para o projecto 90 hectares em Cacuaco, 400 em Viana, 300 na Camama (Luanda), bem como 348 no Lubango (Huíla), 316 em Cabinda e 200 hectares no Soyo (Zaire). Até ao momento, foram já feitos trabalhos topográficos e redes técnicas (sistema de esgotos, domiciliar, redes de água potável, TV cabo, electricidade e telefone), tendo sido gastos dois milhões de dólares norte-americanos. De acordo com José Arsénio, 50 por cento são económicas, 40 de média e dez de alta renda, incluindo edifícios de apartamentos, cujo valor global e de três biliões e 496 dólares norte-americanos. Os custos das residências rondam entre os 19 e 300 mil dólares norte-americanos e as modalidades de pagamento são de 20 a 80 por cento inicial, os restantes num periodo de dez anos (cem dólares norte americanos mensalmente).

A Uniprev conta até ao momento com cinco mil sócios.

1.2 Previsão de inflação para o próximo ano catalizou o noticiário económico

Angop...25-10-2004

A previsão de inflação para o próximo ano, estimada em até 15 por cento, partindo de uma taxa de inflação do fim de 2004, situada abaixo dos 40 por cento, constituiu a manchete do noticiário económico dos últimos sete dias. A previsão saiu da última reunião do Conselho de Ministros que aprovou o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2005, que viabilizará a

implementação do Programa do Governo para 2005/2006. Em termos de perspectivas para o sector real da economia, prevê-se que o Produto Interno Bruto (PIB) conheça um forte crescimento real de 16 por cento, proporcionado principalmente pelo rápido crescimento da produção do petróleo bruto. Noutra vertente, o Banco Africano de Investimentos (BAI) colocou, desde terça-feira, à disposição dos empresários angolanos cerca de 30 milhões de dólares através do serviço “BAI Crédito ao Desenvolvimento”.

O programa vai apoiar o empresariado nacional, financiando projectos específicos que venham a ser apresentados em qualquer agência do BAI. Com juros variáveis, a partir de apenas 5,5 por cento ao ano, a nova linha de financiamento está à disposição dos investidores para financiamento de despesas de investimento e bens do activo fixo e capital circundante. Por outro lado, o chefe do Departamento de Cooperação do Ministério da Agricultura (Minader), Manuel Domingos, observou que a melhoria dos índices de produtividade agrícola e a ascensão de Angola na tabela dos principais produtores a nível da região Austral da África, passa por uma maior agressividade na implementação dos programas delineados pelo Governo. No campo habitacional, o Banco sul-africano ABSA Corporate Merchant Bank comprometeu-se a procurar, numa primeira fase, junto das instituições internacionais, uma verba para financiar o projecto habitacional angolano “Ondjwo Yeto”, avaliado em três biliões de dólares norte-americanos.

Num período de sete anos, o projecto global prevê a construção em todo o país de pelo menos 32 mil residências económicas de baixa, média e alta renda, bem como edifícios com apartamentos. Os preços das residências variam de 19 a 300 mil dólares e as modalidades de pagamento são de 20 a 80 por cento do valor inicial das casas, sendo as restantes prestações pagas mensalmente (mínimo 100 dólares), num período que vai de dez a 15 anos. Constituiu também matéria de relevo, a noticia que deu conta do aumento em 54 por cento do número de turistas no primeiro semestre deste ano, recebendo setenta mil e 123 visitantes, contra os 46 mil e 310 do ano passado, durante o período em referência. Segundo dados do Departamento de Estatísticas do Ministério de Hotelaria e Turismo, 87 por cento dos visitantes foram do sexo masculino (61 mil e 877), sendo os restantes treze do sexo feminino (9 mil e 246).

De acordo com a fonte, que atribui como principal causa do aumento destes números a conquista da paz no país (Abril de 2002), o turismo de serviço ou comercial foi o predominante, recessionando sete mil e

704 pessoas, estando em segundo lugar, o turismo de férias, que registou quatro mil e 285 pessoas.

1.3 NovoBanco abre com USD meio milhão em créditos

Jornal de Angola...25-10-2004

A Embaixada dos Estados Unidos da América procede à abertura oficial de uma instituição bancária denominada NovoBanco com uma carteira em créditos de meio milhão de dólares, destinados a micro e pequenas empresas, em Luanda, num total de 100 empréstimos.

O NovoBanco abriu as suas portas há 20 de Agosto deste ano. Até ao final do ano, o Banco espera ter uma carteira de crédito desembolsado de pelo menos um milhão de dólares a pequenas e micro empresas em Angola. Depois de cinco anos, o banco perspectiva desembolsar 60 milhões de dólares para 35 mil empresários. O banco tem uma carteira financeira significativa em depósitos em dólares, ambos do sector empresarial e doméstico. O balanço médio dos depósitos em contas activas é de 270 dólares, provando que os produtos do NovoBanco são atractivos para os pequenos economizadores. Este desempenho demonstra que o NovoBanco ganhou já uma confiança significativa do público. A instituição oferece outros serviços, tais como depósito a prazo, câmbio de moeda, transferência de dinheiro e serviço de cheque. As exigências de garantias são flexíveis, dando aos clientes a oportunidade de oferecer, como contrapartida, aquilo que realmente podem. Os produtos de contas de poupança e de cheques são acessíveis a todos, e não é exigido um depósito mínimo para abertura de uma conta. A recente abertura do NovoBanco começou já a ter um interesse crescente no sector bancário de Angola pela extensão do crédito a micro, pequenos e médios negociantes. O estabelecimento deste novo banco de desenvolvimento empresarial é uma das primeiras actividades desenvolvidas entre a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional, em nome do Governo dos Estados Unidos, e a ChevronTexaco no âmbito de um Memorando de Entendimento assinado em Novembro de 2002. O banco pertence a accionistas internacionais que inclui a Internationale Micro Investitionen (IMI) com base na Alemanha, a Fundação DOEN da Holanda, O Banco de Desenvolvimento Belga (BIO), a Cooperação Financeira Internacional (IFC) do Grupo do Banco Mundial e a Companhia de Desenvolvimento Sustentável ChevronTexaco.

1.4 Acordo com FMI condiciona conferência de doadores

Jornal de Angola...25-10-2004

A Grã Bretanha condiciona a realização exitosa da conferência de doadores para Angola a um sucesso nas relações entre o país e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Esta atitude foi manifestada ontem por um grupo de parlamentares daquele país durante o encontro com o ministro adjunto do primeiro ministro, Aguinaldo Jaime. A delegação de parlamentares britânicos está no país para se inteirar das opções estratégicas do Governo para o desenvolvimento económico de Angola e sobre as relações com o FMI e Banco Mundial. Tratou-se de um encontro de sensibilização, uma vez que o país continua a não gozar de uma imagem favorável em alguns círculos, devido, na opinião de Aguinaldo Jaime, à pouca divulgação que a nível do Governo se faz sobre o sucesso na economia nacional. Nos últimos anos, o país vem registando progressos no domínio macro-económico. O sistema financeiro hoje é composto por 10 bancos comerciais. As reservas internacionais líquidas passaram de USD 323,7 milhões em Dezembro de 2002, para USD 626,7 milhões em Dezembro de 2003. O stock das reservas aumentou USD 303 milhões em 2003. A inflação, que em 2000 foi de 268,3 por cento, caiu para 76 por cento, em 2003. A evolução positiva fica mais evidente se tiver em conta que em 2001, a taxa de inflação ficou em 116 por cento e no ano seguinte rodou os 105 por cento. Para este ano, perspectiva-se uma taxa abaixo dos 40 por cento. Depois do encontro, a delegação britânica ficou a perceber melhor os problemas, os desafios e os constrangimentos do país, bem como inteirou-se da estratégia do Governo para a redução da pobreza. “Estes contactos são úteis porque ajudam a melhorar a nossa imagem no exterior e ajudam também porque estas individualidades que nos procuram possam ser intérpretes mais fiéis daquilo que se está a passar no nosso país”, explicou. Para Aguinaldo Jaime, não se podem esperar resultados imediatos de missões idênticas. “Os resultados aparecerão a médio prazo. Mas acredito que é um exercício necessário para que o mundo compreenda o que se está a fazer em Angola, quais são as dificuldades e, sobretudo, os passos positivos que já foram dados, quer no âmbito do processo de reconciliação nacional, quer do processo da reconstrução da nossa economia”.

1.5 Ministra defende urgência na redução da pobreza

Jornal de Angola...25-10-2004

A ministra angolana do Planeamento, Ana Dias

Lourenço, considerou urgente promover o desenvolvimento nacional, por forma a reverter o quadro de pobreza reinante em Angola.

A governante, que falava no encerramento do Seminário Nacional Sobre os Acordos de Parceria Económica entre os Estados da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e União Europeia, decorrido em Luanda, precisou que o Governo angolano está a recuperar as infra-estruturas económicas e sociais destruídas pela guerra, a fim de criar condições materiais para a participação da iniciativa privada no desenvolvimento económico do país. Apesar do engajamento governamental, realçou, a ajuda da comunidade internacional continua a ser imprescindível, do ponto de vista do desenvolvimento interno e da integração regional.

Este aspecto, frisou a ministra, permitirá o aprofundamento do envolvimento de Angola na integração económica e nas discussões em fóruns multilaterais em condições de igualdade, no domínio da cooperação económica e social. Ana Dias Lourenço ressaltou a importância da coordenação por Angola, a nível regional, dos sectores da Agricultura e Pescas, e enfatizou a interação entre os principais actores nos ramos da agricultura, pescas, comércio, indústria, finanças e investimento. Para a ministra, o mérito deste exercício de coordenação depende da capacidade de interação dos técnicos envolvidos, que deverão agir com a celeridade exigida pelos desafios do momento. A reunião, realizada pelo Ministério da Indústria, analisou também a situação das negociações e a amplitude da parceria entre países da SADC e da Comunidade Europeia (CE), bem como o processo e avanços da convenção de Lomé (Togo) e o acordo de Cotonou (Benin).

O seminário inseriu-se nas negociações que se desenrolam entre os Estados da SADC e da UE, consubstanciadas nas normas e medidas sanitárias, base de dados, acesso ao mercado dos produtos não agrícolas e pescas, facilitação do comércio e cooperação para o desenvolvimento, entre outros aspectos. A União Europeia apoia este processo no quadro do acordo de Cotonou que define dois domínios como prioridades da sua estratégia de cooperação para o desenvolvimento. Os dois aspectos - a cooperação regional e o regime comercial - estão directamente ligados ao tema deste seminário dirigido a comerciantes e industriais nacionais.

Devido à sua própria experiência, a União Europeia tem a convicção de que para se alcançar estes objectivos o papel e a vontade política dos Estados são fundamentais.

“Não se pode esperar conseguir benefícios da integração regional sem que existam economias nacionais bem geridas, abertas ao sector privado e

transparentes nas suas regras de investimentos”, disse no início dos trabalhos, quinta-feira, o chefe da Delegação da Comissão Europeia em Angola, Glauco Calzuola.

2.0 HIV/SIDA

2.1 “Situação da SIDA no país é preocupante”, ministra da Saúde

LUSA...06-10-2004

A ministra da Saúde, Albertina Hamukuaya, admitiu hoje, em Luanda, que a situação da SIDA em Angola é “bastante preocupante”, salientando que será divulgado em Dezembro um estudo que permitirá ter dados concretos sobre o problema.

A ministra, que falava aos jornalistas à margem da reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, considerou a actual situação “grave”, mas escusou-se a fornecer dados sobre o número de casos de SIDA existentes em Angola, apesar de admitir que se tem registado “um elevado crescimento”. Segundo Albertina Hamukuaya, “está a decorrer um estudo de âmbito nacional, cujos resultados serão divulgados em Dezembro”, adiantando apenas que as províncias de Luanda, Benguela e Cunene são as mais afectadas. A ministra angolana da Saúde defendeu a necessidade de serem realizadas mais acções de sensibilização, educação e informação junto da juventude angolana, frisando que “a educação ainda é a melhor arma de combate contra a SIDA”.

O problema da SIDA foi um dos assuntos em análise na reunião de hoje da Comissão Permanente do Conselho de Ministros. O comunicado final da reunião salienta que está a decorrer um inquérito nacional sobre a prevalência da SIDA, sífilis e hepatite B no país, considerando que os resultados que vierem a ser obtidos permitirão “conhecer a percentagem de pessoas infectadas no país”.

Por outro lado, o documento refere que está a ser criada uma base de dados central para a recolha da informação obtida nos 16 centros de aconselhamento e testagem voluntária que actualmente existem em Angola. As autoridades sanitárias estimam que cerca de cinco por cento dos 13 milhões de angolanos que vivem no país estejam infectados pelo vírus da SIDA, sendo o combate a esta doença prioridade nacional em termos de saúde pública. Numa declaração pública em meados deste ano, a ministra da Saúde angolana

admitiu que, caso as estratégias de luta contra a SIDA não sejam correctamente direccionadas, 18 por cento da população poderá estar infectada até 2010. Os dados oficiais admitem que, nos próximos seis anos, a SIDA poderá provocar 700 mil mortes em Angola, gerando 250 mil órfãos, além de reduzir a esperança de vida em 13 por cento dos valores actuais, que rondam os 45 anos. No final de Junho, o parlamento angolano aprovou por unanimidade uma nova lei sobre a SIDA, que estabelece penas de prisão para quem transmitir intencionalmente a doença ou violar o segredo profissional revelando a seropositividade do doente. Por outro lado, o Ministério da Saúde está a desenvolver um programa para evitar a transmissão da SIDA da mãe para o filho, que já está a ser implementado de forma experimental em três maternidades do país.

2.2 "Projecto Sida" da Odebrecht consome USD 800 mil

Jornal de Angola...08-10-2004

O programa de sensibilização contra a Sida desenvolvido pela firma Odebrecht, que permitiu a formação de 600 agentes educadores, consumiu já 800 mil dólares, dos 1 milhão de dólares previstos, através de trabalhos de distribuição de 800 mil preservativos e de acções educativas.

O referido plano que envolve trabalhadores da empresa e a comunidade espalhados pelas províncias de Luanda, Malanje, Lunda Norte e Sul e Benguela, começou a ser implementado desde 2002, segundo revelou, ontem Luanda, o presidente da Odebrecht em Angola, Luís António Mameri.

Falando durante a feira "Constrói 2004", o responsável máximo da empresa em Angola disse que os resultados alcançados demonstram claramente o compromisso social com que estão engajados.

O programa tem permitido, de acordo com Luís Mameri, a tomada de consciência em relação aos riscos da doença. Luís Mameri explicou ainda que o projecto é contínuo e pretende-se encontrar uma forma de ampliá-lo incorporando outras instituições. Neste momento, estão a consultar algumas empresas para que se juntem à iniciativa, para actuarem no mesmo segmento. O programa da Odebrecht de combate ao Sida já foi diplomado com o reconhecimento pela Fundação Eduardo dos Santos (FESA) e do Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD).

2.3 Frei João Domingos insurge-se contra uso do preservativo

Angop... 10-10-2004

O frei João Domingos insurgiu-se hoje, em Luanda, contra o uso do preservativo nas relações sexuais pela juventude por achar que traz consequências, e provoca situações promíscuas.

O padre João Domingos, que falava durante a missa realizada, no Seminário Maior de Luanda, defendeu que o uso do preservativo provoca hábitos imorais que se podem arrastar até ao lar.

Na sua óptica, a melhor forma de evitar o Sida pela juventude é a abstinência sexual, aconselhando as autoridades a criarem políticas que façam com que os jovens se dediquem mais na sua formação moral e profissional e de tal forma que o sexo aconteça só após o casamento.

"Em relação aos doentes infectados, a sociedade deve ser mais solidária com eles, transmitindo a amizade e o amparo", realçou. Na sua homília disse ainda que é mais fácil os doentes infectados enfrentarem o seu problema quando recebem carinho, atenção e apoio dos seus mais próximos.

Apelou à todas as pessoas sãs que se podem prevenir contra as doenças de transmissão sexual com os métodos que a igreja preconiza (abstinência e sexo após o casamento).

Por outro lado, o padre João Pedro, da paróquia da Sagrada Família, apelou aos religiosos a terem mais ponderação na resolução dos problemas familiares.

O religioso lançou o aviso durante a homília deste domingo, essencialmente dedicada na preservação dos valores morais e espirituais da sociedade.

2.4 Odebrecht dá USD um milhão para combate à Sida

Angop...11-10-2004

A construtora brasileira Norberto Odebrecht gastou de Agosto de 2002 a Setembro último um milhão de dólares em acções preventivas contra a Sida, informou hoje à Angop o director administrativo e financeiro da empresa em Angola, Genésio Lemos Couto.

O dinheiro foi utilizado em programa de formação de educadores nas províncias de Luanda, lundas Norte e Sul, Huíla e Benguela, tendo abrangido 600 agentes. Nesse período, foram igualmente distribuídos 800 mil preservativos masculino e feminino, bem como material didáctico que ilustra a prevenção da doença. A Odebrech, que opera em Angola há 20 anos no ramo da construção civil, vai continuar ajudar o Governo

angolano na luta contra à enfermidade, segundo Genésio Couto.

3.0 MERCADO INFORMAL

3.1 JMPLA em Luanda quer por fim a venda ambulante

Radio eclesias ... 06-10-2004

A JMPLA em Luanda vai ajudar os vendedores ambulantes na circulação e identificação de novos locais para exercerem a sua actividade. O lançamento do plano estratégico aconteceu esta manhã, em Luanda, de frente ao mercado do S. Paulo.

A ideia é a criação de feiras municipais para os jovens vendedores prosseguirem com os seus negócios. A 1ª Secretária da JMPLA, em Luanda, Anabela dos Santos, pediu maior organização por parte dos vendedores ambulantes. Segundo ela, os mercados existentes na província de Luanda estão abarrotados, o governo está a construir novos mercados e enquanto, os mesmos não estiverem concluídos, a sua organização vai levar a cabo a criação de feiras móveis em todos os municípios. Por seu turno, o Administrador Municipal do Sambizanga, Leitão Ribeiro, disse que a nível do mercado Roque Santeiro, estão já criadas todas as condições para a recepção de novos inquilinos. Mas no seio dos vendedores ambulantes reina um certo cepticismo. Para eles, a venda ambulante rende mais lucros em relação aos mercados fixos e daí a reticência em acatarem as instruções.

3.2 Retirada dos ambulantes das ruas

Jornal de angola...18-10-2004

A Polícia Nacional está a trabalhar no sentido de impedir a actividade comercial em locais impróprios, assim como a lavagem de carros no mercado do São Paulo, por causa da violência, roubos, acúmulo de lixo e outras acções que perturbam a ordem e tranquilidade públicas. Questão: concorda com a medida da Polícia Nacional? Porquê?

Teresa Braz,funcionária pública

Concordo, mas para isso o Governo deve primeiro arranjar um local para que essas pessoas que serão retiradas das ruas, possam exercer o seu trabalho.

Castro Naganguela,funcionário público

Concordo, porque os ambulantes só trazem confusão.

Provocam engarrafamento e também fazem com que aumentem os casos de roubo na cidade.

Luís Pedro,funcionário público

Não concordo, porque para se tomar essa medida é necessário que o Governo crie locais para essas pessoas exercerem a sua actividade. É verdade que as suas acções afectam negativamente a organização da nossa cidade, mas temos que ter em mente que é dali onde sai o seu pão de cada dia.

Júlia Miranda,estudante

Concordo, porque esses ambulantes causam muita confusão. Esta é uma medida acertada.

Ana Paula Justino,estudante

Concordo, porque eles criam muitos embaraços nas estradas e não só. Estas pessoas não podem continuar a vender nas ruas. Será triste retirá-las das ruas, mas é para o bem da nossa cidade.

Teresa Macuanda,funcionária pública

Acho que a Polícia está a agir bem, mas há um problema. Estes ambulantes que serão retirados das ruas não têm onde tirar dinheiro para satisfazer as suas necessidades. Creio que é necessário arranjar um lugar para essas pessoas exercerem a sua actividade.

Amílcar Amaral,funcionário público

Não concordo, porque essas pessoas não têm como se sustentar e na sua maioria são jovens. Se as retirarem das ruas, a violência irá aumentar

4.0 GOVERNAÇÃO

4.1 Bornito de Sousa defende eleições com nova Constituição

Jornal de Angola...08-10-2004

Chefe da bancada do MPLA falou a militantes do MPLA da Maianga

O presidente da Comissão Constitucional e chefe da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, reafirmou quarta-feira, em Luanda, a posição do seu partido, segundo a qual as próximas eleições gerais devem realizar-se à luz da nova Lei Constitucional.

Bornito de Sousa reafirmou esta posição durante uma palestra subordinada ao tema “Proposta de calendarização das tarefas eleitorais”, promovida pelo Comité de Acção do MPLA do bairro Alvalade, município da Maianga, dirigida a militantes do seu partido, na referida municipalidade.

Durante o encontro, o deputado explicou, de forma detalhada, as várias tarefas e fases do calendário eleitoral apresentado pelo MPLA, em Agosto último, no qual se destacam as principais acções a executar a partir deste mês até Outubro de 2006, período apontado pelo seu partido como apropriado para a efectivação do pleito.

Esclareceu as dúvidas levantadas por alguns intervenientes à volta da futura lei magna, as vantagens da aprovação de uma nova carta magna para Angola, bem como aspectos relacionados com os vários sistemas de governação aplicados em diferentes países democráticos.

Sobre o ante-projecto de lei constitucional, Bornito de Sousa explicou que, apesar de carecer ainda de alguns acertos de carácter técnico ou teórico, o texto reflecte a realidade do país e garante maior estabilidade para os cidadãos.

Durante a palestra, o primeiro secretário do Comité de Acção do MPLA, no bairro Alvalade, Manuel Miguel de Carvalho “Wadijimbi”, anunciou que acções do género serão realizadas regularmente, por forma a actualizar os militantes do seu partido sobre os problemas candentes do país

4.2 Filho de Samakuva ingressa no MPLA

Jornal de Angola...09-10-2004

Cento e setenta e um ex-militantes da UNITA, entre os quais Charles Wandalika Henriques, filho do presidente da organização do “galo negro”, Isaías Samakuva, ingressaram ontem no MPLA, em acto realizado na cidade de Menongue, capital da província do Kuando Kubango (Sul de Angola).

Em declarações à Rádio Nacional de Angola (RNA), no final da cerimónia, Charles Wandalika Henriques, 29 anos, disse ter ingressado de forma livre nas fileiras do partido no poder. Natural do Kuando-Kubango, Charles Wandalika é jornalista de profissão, tendo trabalhado na antiga estação radiofónica do “galo negro”, Vorgan, durante 14 anos.

O 1º secretário do MPLA no Kuando Kubango, Jorge Biwango, considerou o ingresso destes novos militantes como um “acto prático” de democracia e de reconciliação nacional. Doze mil ex-militantes da UNITA ingressaram no MPLA, na província da Huíla, desde a assinatura, em Abril de 2002, dos acordos de

paz. A informação foi prestada recentemente pelo 1º secretário do MPLA na Huíla, Marcelino Tiypingue.

Recorde-se que quatrocentos ex-militares da UNITA, entre os quais oficiais gerais, subalternos, sargentos e soldados, ingressaram em Julho último, no Kuito, capital da província do Bié, nas fileiras do MPLA. O acto de ingresso desses ex-militares havia sido testemunhado pelo secretário do MPLA para a Organização e Mobilização, Fernando Faustino Muteka, durante uma visita de trabalho de alguns dias ao Bié. Na sua intervenção, o ex-brigadeiro da UNITA Eduardo Tchama referiu, numa mensagem lida em nome dos seus colegas, que a decisão de ingressarem no partido maioritário decorria da sua “livre e espontânea opção e não por qualquer influência ou imposição do partido no poder.”

Muteka desejou, na ocasião, as boas vindas aos novos militantes e fez questão de sublinhar que “o partido trata em pé de igualdade todos os seus militantes, quer eles sejam antigos ou novos”.

4.3 Angola entre os países mais burocráticos no Mundo

Apostulado...21-10-2004

Angola ocupa o segundo lugar da lista dos países mais burocratizados no continente africano. A classificação consta de um relatório conjunto do Banco Mundial e da “Corporação Internacional de Finanças”, que coordena os empréstimos ao sector privado.

Intitulado “Fazer Negócios em 2005: A Remoção dos Obstáculos ao Crescimento”, o documento mede o ambiente dos Estados consoante as oportunidades que oferecem aos negócios e livre empreendimento. Elogios só mesmo para o Botswana e a África do Sul, achando que «poucas outras nações africanas estão a seguir-lhes o exemplo». A maior parte delas,

acrescenta, continua a integrar o grupo mundial das nações menos abertas aos negócios. 16 dos 20 países com os regulamentos de negócios mais burocratizados e com os mais débeis direitos de protecção de propriedade estão em África, frisa o texto. «Angola, República Democrática do Congo, o Burkina Faso, o Haiti e o Chade têm os exemplos mais acabados de burocracia e de ineficiência», estando, também, entre os últimos da lista constante do relatório.

No Chade, são necessários 19 procedimentos para registar um novo negócio, enquanto que num país como a Austrália isso é feito com dois procedimentos.

Na RD do Congo são necessários, em média, 155 dias para registar um novo negócio. Globalmente, em 2003, os países ricos efectuaram três vezes mais reformas ao ambiente de investimentos do que os países pobres.

Para se começar um negócio no Haiti são necessários, em média, 210 dias. Na Austrália, por exemplo, são necessários apenas dois dias

4.4 Presidente da República mexeu no GURN

Angonoticias...22-10-2004

O Presidente da República José Eduardo dos Santos fez uma ligeira remodelação no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. De acordo com um comunicado dos Serviços de apoio à Presidência da República, José Eduardo dos Santos procedeu as seguintes exonerações: Fernando Francisco Muteka, do cargo de Ministro da Administração do Território,

Virgílio Ferreira de Fontes Pereira, do cargo de Ministro do Urbanismo e Ambiente, Victorino Domingos Hossi, do cargo de Ministro do Comércio, Henrique André Júnior, do cargo de Vice-ministro das Pescas, Diamantino Kongulo, do cargo de vice-ministro do Interior, Graciano Tulumo, do cargo de Vice-ministro da Comunicação Social, Isalino Manuel Mendes, do cargo de Governador do Bengo, Manuel Pedro Pacavira, do cargo de Governador do Kwanza-Norte, Domingos Dilukumbo, do cargo de Vice-governador da província do Zaíre para a esfera económica e social, Adriano António da Silva Sebastião de Almeida Maiano, do cargo de Director do Gabinete das Obras especiais.

Por outro lado, acrescenta o documento, José Eduardo dos Santos, procedeu por decreto presidencial as seguintes nomeações: Virgílio Ferreira de Fontes Pereira, para o cargo de Ministro da Administração do Território, Joaquim Ikumua Muafuma, para o cargo de Ministro do Comércio, Diakunpuna Sita José, para o cargo de Ministro do Urbanismo e Ambiente, Júnior Kandavanaki, para o cargo de Vice-ministro do Interior, Fonseca Emanuel Chindundo, para o cargo de Vice-ministro da Comunicação Social, Victoria Francisco Lopes de Barros Neto, para o cargo de Vice-ministra das Pescas, Jorge Inocêncio Dombolo, para o cargo de Governador da Província do Bengo, Henrique André Júnior, para o cargo de Governador da Província do Kwanza-Norte, José Simão Helena, para o cargo de Vice-governador da província do Zaíre para a esfera económica e social, Manuel Helder Vieira Dias Júnior, para o cargo de Director do Gabinete de

Reconstrução Nacional e Manuel Ferreira Clemente Júnior, para exercer as funções de Director do Gabinete de Obras Especiais.

4.5 Samakuva será candidato a Presidente

Diário notícias...26-10-2004

Adalberto Costa Júnior, membro do Comité Permanente da UNITA, fala do estado actual do processo de paz e de reconciliação nacional angolano, em entrevista concedida recentemente ao “Diário de Notícias” de Portugal.

Qual vai ser o candidato proposto pela UNITA para disputar a Presidência da República?

Isaiás Samakuva será o candidato à Presidência da República. Em Janeiro deste ano, a Comissão Política do partido reforçou essa proposta.

Se for eleito, e a manter-se a permissibilidade da actual lei constitucional angolana, Samakuva continuará a presidir à UNITA?

A sobreposição das funções de presidente da República e de presidente do partido, sobretudo de um partido no poder, é por nós totalmente inaceitável. É como se aqui, em Portugal, o Presidente Jorge Sampaio fosse também o presidente do Partido Socialista. Isso é inaceitável em democracia. Em Angola, como sabe, o Presidente da República continua a ser presidente do MPLA. No caso de ser eleito presidente de Angola, Isaiás Samakuva deixará certamente a presidência da UNITA.

Esclareça-me um ponto: a UNITA tem neste momento um governo-sombra constituído, eventualmente pronto a entrar em funções num quadro de alternância, após eventuais eleições legislativas?

Temos um governo-sombra, e de uma forma muito evidente, através dos secretariados nacionais que, coordenados pela vice-presidência do partido, acompanham todos os sectores da governação.

O presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, afirmou, em entrevista ao DN, que o partido iria proceder à substituição de elementos seus no Governo de Unidade Nacional de Angola. No entanto, até à data, desconhece-se qualquer reformulação do Executivo angolano...

Em Março passado, comunicámos ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, quem deveria sair e quem deveria entrar para o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, por parte da UNITA. O Presidente da República parece que ainda não encontrou oportunidade de agendamento desta reforma governativa, o que é absolutamente inaceitável. Mas tudo indica que o refrescamento está à porta,

talvez dentro de duas semanas. Fomos contactados no sentido de que as mudanças poderão ocorrer a todo o momento. Seis meses para uma decisão dessas deve ter prejudicado o clima interno da UNITA... Este arrastamento prejudica-nos muito no plano interno. Como é óbvio. O MPLA tem reivindicado, ao longo do tempo, ser o único partido com implantação nacional em Angola. A UNITA pode dizer o mesmo? Desde Janeiro de 2003 que a UNITA tem vindo a proceder à reinstalação das estruturas do partido em todas as partes do território nacional. Mas, para além deste desafio, há um outro, que se refere à situação dos 85 mil militares desmobilizados, que, com as respectivas famílias, formam um grupo de 400 mil pessoas.

Preparativos eleitorais até Setembro de 2005

Acabada a guerra, após quase três anos de Governo de unidade e reconciliação, por natureza transitório, afinal, para quando eleições legislativas e presidenciais em Angola?

A UNITA tem posições concertadas com todos os partidos da oposição. Há uma semana, apresentámos a proposta de um calendário definitivo, segundo o qual o mês de Setembro de 2005 é o limite da conclusão de todas as tarefas da preparação para as eleições. A partir desse mês, o Conselho Nacional Eleitoral poderá marcar a data exacta.

Mas o Presidente José Eduardo dos Santos falou de Setembro de 2006...

Não é bem assim. O MPLA secundarizou uma indicação do Presidente, segundo a qual as eleições deverão realizar-se até Setembro de 2006. Ele disse «até», pelo que as eleições podem ocorrer antes.

Então, o que falta?

Falta as partes sentarem-se, procurarem o consenso. Da parte do MPLA, há um elenco de tarefas, mas não há uma data, embora tudo indique que esse partido não queira ultrapassar a data que os países que observam o processo angolano aceitam por consenso.

Sugere que houve alguma indicação, nomeadamente de Portugal?

Não posso referir Portugal, como nenhum outro país em concreto. Os países observadores não se sentaram uns com os outros para discutirem isso, mas seguramente há indicações. O adiamento sucessivo das eleições iria entrar em contradição com as expectativas internacionais.

É só a UNITA que assim pensa, ou o seu partido sente-se apoiado pela opinião pública angolana?

Há uma percepção generalizada, constatada por nós, no dia-a-dia, de que as populações querem as eleições

até 2005.

Na sua perspectiva, as presidenciais e legislativas devem coincidir?

Em Angola, as eleições legislativas e presidenciais estão juntas e inter-relacionam-se. Todas as nossas instituições estão sem legitimidade e tudo justifica que os processos eleitorais sejam simultâneos. Além disso, há as questões de ordem económica, que são importantes num processo eleitoral.

Quais são os responsáveis pelo retardamento das eleições?

O Presidente da República e o MPLA.

Tem sido, no entanto, invocada a inadequação da Constituição e das leis eleitorais, como travões desse processo. Que iniciativas tomou a UNITA para colmatar as deficiências?

Há uma decisão assumida por todos os partidos da oposição no sentido de se entregar, até 30 de Setembro, o pacote legislativo necessário para a concretização do processo eleitoral.

Como chegaram a esse acordo?

Na busca de uma solução para os graves problemas colectivos, a UNITA iniciou em Fevereiro um amplo espaço de consulta, não só no interior do próprio partido mas também com todos os outros partidos e consultas à sociedade civil.

Com rigor, quantos partidos existem em Angola?

Temos, em Angola, 124 partidos legalmente constituídos e registados no Tribunal Constitucional. É bem possível que, se for exigida uma prova de existência legal, o número não chegue a 15.

A elaboração desse pacote legislativo eleitoral significa que há um vazio legal em Angola? Há necessidade de uma nova Constituição?

Angola tem uma lei constitucional. A lei deve ser melhorada - deve ser melhorada, sublinho -, essa é a nossa posição. E foi esta posição que fez com que o MPLA se sentisse obrigado a fazer o mesmo.

Sem a Constituição revista, as eleições são possíveis ou aceitáveis?

Mesmo com a actual lei, tal como hoje está, poderíamos ir para eleições. Em Angola não existe vazio, não há nenhuma razão que impeça a realização de eleições. Todavia, foi muito falado o abandono pela UNITA da comissão de revisão constitucional...

Atenção! Apenas houve uma suspensão de participação! Repare que, quando chegámos a 2002, havia quatro anos que a Comissão Constitucional não funcionava. Com os acordos de paz, deu-se o

desbloqueio, mas com a retomada dos trabalhos da comissão, quer o Presidente quer o MPLA recusaram-se a aceitar calendários... A suspensão de participação na comissão não foi por desacordo, pelo contrário, deu-se para provocar pressão para um caminho negocial.

E essa pressão deu algum resultado?

Nos últimos meses, surgiram novidades interessantes. Designadamente, registámos a reunião do Conselho da República, que há dois anos não era convocado. Depois, o MPLA acabou por apresentar um calendário com timings... E nós temos vindo a fazer propostas desde 2003, que enviámos ao Presidente da República e ao Parlamento. O Presidente acabaria por enviar uma carta ao Parlamento, contendo apenas as reflexões do MPLA, ao qual também preside. Foi neste contexto que a oposição optou por suspender - suspender... - a participação na comissão como sinal político. Não podíamos ficar reféns. Em Angola, compete ao Conselho Nacional Eleitoral propor ao Presidente da República a marcação de eleições e a este, convocá-las. Nas propostas de calendarização do MPLA, o Conselho é secundarizado. Em qualquer país democrático do mundo, este órgão é importante, em Angola é vital. Nós insistimos num consenso para a constituição desse Conselho.

É preciso dialogar sobre Cabinda

O DN divulgou um relatório que vos foi atribuído sobre intolerância e mesmo situações de violência sobre militantes e simpatizantes da UNITA por parte do MPLA. Confirma?

O relatório existe e convidámos o MPLA a levar o caso ao tribunal. Durante muitos meses, houve, de facto, recrudescimento de violência contra quem fosse identificado como membro ou simpatizante da UNITA. Sentimo-nos na necessidade de denunciar essa situação. Posso dizer-lhe que o Governo solicitou à UNITA que não utilizasse as referências à intolerância, em função da exposição externa ou da imagem externa do país. É verdade que, no último mês e meio, houve uma excepcional diminuição da violência.

E depois disso?

Ora bem. A violência diminuiu mas passou-se a anunciar a adesões em massa dos ex-militares da UNITA ao MPLA, mostrando-os como arrependidos no Bié, ou no Huambo...

Qual é a vossa versão?

O que se passou e passa é que os militares ficaram abandonados. Muitos deles deambulam, nem sequer possuem o cartão de desmobilização, ficando sem direito ao bilhete de identidade, a serem cidadãos, com direito ao voto. Esses cartões têm sido trocados por

cartões do MPLA! Por má interpretação e aproveitando o desespero, a reinserção desses militares, dados como arrependidos, é feita com a adesão ao MPLA.

Mas essas são situações pontuais?

Nenhuma pensão foi dada até hoje aos 85 mil homens, pura e simplesmente porque o decreto não foi assinado pelo Presidente da República. Todos os que foram desmobilizados deviam ter recebido dois documentos: uma guia de desmobilização e um documento para solicitar a pensão. A reinserção é um direito e uma necessidade para o País. No meu gabinete, todos os dias, tenho gente a solicitar pensões e a pedir dignidade.

Os ex-militares não estão informados dos seus direitos? Aos militares do Bié, por exemplo, foi dito que a direcção da UNITA tinha recebido o montante das pensões desse militares, o que é rotundamente falso.

Se assim é, que balanço pode fazer da paz?

Não é fácil fazer uma transição da guerra para a paz, mas, para um balanço destes dois anos, dois anos e meio, a paz consolidou-se no plano militar. A UNITA empenhou-se totalmente no processo de democratização, mas a situação da sociedade angolana não pode dizer-se que é pacífica: falta a reforma das instituições. Não podemos adiar medidas corajosas.

Medidas corajosas, quais para o imediato?

É altura de refazer o aprofundamento da democracia e, para já, é necessário despartidarizar o Estado, que está eivado pelo espírito do partido único. Depois, é urgente que o Estado comece a fazer gastos e aplicações mais responsáveis dos recursos nacionais, que são enormes. Começa a ser tarde. Duas questões finais. Primeiro, como avalia a UNITA o desenrolar da questão de Pierre Falcone acreditado como diplomata angolano junto da UNESCO, mas a contas com a justiça francesa por matéria que envolve Angola?

Sobre essa questão que envolve Pierre Falcone, apenas lhe digo isto: o Parlamento tem a exigência de um inquérito parlamentar sobre a matéria. A exigência deu entrada formal em Outubro de 2003 e mantém-se em absoluto.

A recente reunificação da FLEC introduz um elemento novo na questão de Cabinda. Esta é apenas uma questão interna de Angola ou algo que pode evoluir para situação mais grave?

Há muito que entendemos que Cabinda não pode estar numa realidade de conflito. Nós conseguimos fazer a paz, não faz sentido que permaneça um conflito quando está evidente que as partes têm que sentar-se.

O que preconiza a UNITA para Cabinda?

O problema de Cabinda é real, difícil e vai obrigar o Governo de Angola a abandonar a recusa do diálogo. A UNITA apela a que uma e outra parte cheguem à mesa de negociações sem pré-condições. Só isso seria um ganho elevado. Temos apresentado essa proposta às duas partes e a pressão social vai nesse sentido

5.0 PAZ RECONCILIAÇÃO

5.1 Quadros na diáspora devem ser encorajados a participar na reconstrução nacional

Angop...15-10-2004

O secretário-adjunto do Conselho de Ministros angolano, Luís de Assunção Mota Liz, afirmou hoje, em Luanda, ser necessário encorajar e incentivar os angolanos por forma a que cada um participe com afinco no esforço de desenvolvimento e reconstrução do país.

Em declarações à imprensa, a propósito do encontro dos quadros angolanos na diáspora, a ter lugar de 06 a 11 de Novembro no Palácio dos Congressos, sob o lema “Todos por uma Angola melhor”, Mota Liz assegurou estar a ser criadas as condições para que os quadros angolanos na diáspora (com vontade) regressem ao país e sejam integrados nos sectores de desenvolvimento, facultando assim a reconstrução nacional. De acordo com ele, o povo angolano não é muito de migração. “Se migrar é porque algo os levou a fazer, daí a necessidade de se criar condições para que os quadros retornem aos países e dêem o seu contributo em prol do desenvolvimento de Angola” - afirmou o secretário-adjunto. Os participantes vão dissertar sobre a criação de um espaço-debate sobre o modo de participação dos quadros na diáspora, no esforço de desenvolvimento do país, a troca de conhecimentos, capacidades e asseveração das potencialidades humanas e institucionais existentes, bem como a recolha de contribuições para a formulação de políticas que visem o desenvolvimento sócio-económico do país.

O certame terá duas vertentes, a primeira de debates abordando “A realidade dos quadros na diáspora”, “A paz e a reconciliação nacional” e “As estratégias do mercado de emprego e desenvolvimento nacional” e a segunda de visitas de constatação. Os quadros participantes efectuarão visitas de constatação às províncias de Malanje, Lunda-Sul, Kwanza-Sul, Bengo e Bié, bem como aos centros produtivos Kapanda, Kikuchi e Aldeia Nova (Kwanza-Sul), centros sociais

Casseque(Huambo), Kuito, Moxico e Kibaxi.

O encontro, com abertura oficial prevista para o dia 08 de Novembro, terá como critérios de selecção de quadros a nacionalidade angolana, nível académico e profissional e a quota de participação por países.

5.2 Paz tem facilitado relacionamento com a UNESCO

Jornal de Angola...29-10-2004

A paz alcançada no país, há dois anos, abriu novas perspectivas no relacionamento com instituições internacionais como a UNESCO - organização das Nações unidas para Educação, Ciência e a Cultura.

A afirmação foi feita, ontem, em Luanda, pelo presidente da Comissão Nacional para UNESCO (CNU), Burity da Silva, durante abertura da reunião com os membros da respectiva comissão.

Segundo o ministro, o CNU vem conseguindo resultados positivos na sua actuação. “Podemos afirmar que é crescente a dinâmica de cooperação entre o nosso país e a UNESCO”, assegurou.

No encontro, que visou fazer um balanço da visita do director geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, efectuada a Angola, em Janeiro do ano em curso, e também a preparação da 33ª terceira reunião da Conferência Geral da UNESCO a realizar-se, no próximo ano em Paris.

O ministro Burity da Silva apelou ainda a necessidade de se elevar o trabalho da UNESCO e dela com o nosso país sendo permanente, e a luz /de pertinentes resoluções da conferência geral e do conselho executivo da organização.

Aquele responsável frisou ainda que fruto do respeito que se atribui a esse pressuposto e da premente necessidade de desenvolver acções tendentes a contribuir para a reconstrução nacional se encara com seriedade e responsabilidade as novas abordagens de tratamento das matérias ligadas a cooperação com a organização internacional.

O presidente da comissão enumerou, por outro lado, algumas acções de relevo e indicadores de trabalho, quer da UNESCO, quer da comissão nacional, nomeadamente a resolução aprovada na 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, sob o reforço da cooperação entre a UNESCO e Angola, bem como a assistência técnica em muitos programas nacionais e o

lançamento e realização da consulta nacional sobre o plano nacional de educação para todos.

A Comissão Nacional para UNESCO existe desde 1980 em função de um Decreto Presidencial 96/80.

Fazem parte da comissão os ministérios da Cultura, Comunicação Social, Juventude e Desportos, Ciência e Tecnologia e da Família e Promoção da Mulher e sub-comissões.

Alcançar, gradualmente através da cooperação das nações nos domínios da Educação da Ciência e da Cultura, os objectivos da paz internacional e da prosperidade da humanidade são um dos objectivos fundamentais da UNESCO.

5.4 França quer participar na reconstrução do país

Jornal de Angola...22-10-2004

A França manifestou o seu desejo de participar na reconstrução de Angola, e anunciou para breve a vinda ao país de uma missão da Agência Francesa de Cooperação.

O anúncio foi feito ontem à imprensa pelo embaixador francês em Angola, Guy Azais, à saída de uma audiência com o primeiro ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", na Cidade Alta.

O diplomata francês deu a conhecer que a vinda a Angola da missão da Agência Francesa de Cooperação servirá para avaliar "in loco" em que medida a França poderá participar na reconstrução das infra-estruturas económicas e sociais destruídas pela guerra.

O estado das relações de cooperação entre os dois países, consideradas pelo diplomata francês como "excelentes", constituiu a tónica da conversa havida entre Nandó e Guy Azais.

"Trocámos impressões sobre a cooperação bilateral.

A França pode jogar um papel muito importante em África, quer em termos políticos, quer de cooperação económica", afirmou Guy Azais, para quem "a cooperação com Angola é boa, uma vez que já temos alguns projectos neste país nos domínios da saúde, educação e Desminagem".

Numa outra audiência, Fernando da Piedade Dias a situação política em São Tomé e Príncipe. "Nós temos uma situação política que se apresenta hoje estável. As instituições do Estado funcionam em pleno, depois de algum período de alguma agitação, que levou à demissão do Governo anterior e à nomeação de um novo Executivo".

5.5 "Não ha possibilidades de novo conflito em angola"

Jornal de Angola...5-10-2004

O secretario (para a Informação do MPLA, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", que esteve recente menu em visita à Namíbia, concedeu uma entrevista ao Jornal de Angola em Windhoek, durante a qual abordou temas diversos sobre a actualidade nacional, nomeadamente a questão dos desmobilizados e dos deslocados e o processo de reconciliação e reconstrução angolano. Eis, a seguir, a primeira parte da entrevista.

Jornal de Angola Senhor Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", esteve cerca de uma semana em visita à Namíbia. Pode falar-nos dos objectivos da sua visita a este país vizinho de Angola e os resultados alcançados?

Kwata Kanawa Viemos aqui para nos inteirmos da forma como os nossos colegas do Parlamento Namibiano tratam assuntos ligados à organização e funcionamento do poder local, o critério que eles utilizam no controlo do orçamento do Estado - atribuídos aos governos provinciais, no nosso caso às administrações municipais, e ouvirmos também alguma experiência no domínio das autarquias locais.

De igual forma, quisemos saber dos nossos irmãos as normas que utilizam para o uso das receitas locais e as relações que existem entre o Governo central e os governos provinciais. Tendo em conta a característica da nossa comissão, procuramos naturalmente encetar contactos com comissões congéneres e outras comissões ligadas ao trabalho de especialidade da própria Assembleia Nacional.

Podemos dizer que tanto dos contactos com a Assembleia Nacional (Namibiana) como das visitas que tivemos oportunidade de fazer, saímos satisfeitos. (...) Procuraremos encontrar, nas nossas condições, formas de aplicabilidade do que vimos aqui na Namíbia, particularmente naquilo que se adapta ao nosso trabalho.

Neste aspecto, o realce vai para uma legislação que vamos preparar logo a seguir às eleições legislativas e presidenciais no nosso país, neste caso a lei sobre as autarquias locais que nós ainda não possuímos.

Fomos também saber como uma comissão e o Ministério competente ligado às terras tratam destes problemas, se tivermos em conta que nós aprovamos recentemente a nossa Lei de Terras.

Muito embora ainda não tenha entrado em vigor, preocupamo-nos em saber como alguns ministérios

Namibiano lidam com os problemas das terras, que são sempre uma matéria muito delicada para alguns países, particularmente aqui na Namíbia, onde, naturalmente, as coisas são muito diferentes das nossas.

É importante dizer aqui que, ao longo da nossa estadia na Namíbia, fomos recebidos por altas entidades, no âmbito do bom relacionamento existente entre os parlamentos de Angola e da Namíbia. Por aquilo que podemos constatar, eles encontram-se já numa fase muito avançada, no que diz respeito à descentralização. Do nosso lado, temos, dado neste sentido cuja parte mais importante foi a realização, há muito pouco tempo, de uma reunião nacional de administradores municipais, que reuniu pela primeira vez no país os administradores municipais e comunais de todo o país. No encontro, o senhor Presidente da República, que presidiu ao acto de abertura, traçou orientações muito claras sobre a legislação que é necessário produzir, tendo em vista a descentralização do poder no nosso país.

Actualmente existem já equipas, quer do Ministério da Administração do Território, quer do Ministério das Finanças, que se encontram já a trabalhar nesse dossier e acredito que, a qualquer momento, o Governo vai pronunciar-se a respeito. À parte isso, importa realçar que o ante-projecto de Constituição aborda com maior profundidade essa matéria.

JÁ pode-se dizer que as relações entre Angola e a Namíbia saíram reforçadas com a sua visita a este país?

K.K- Acho que sim.

Pode se dizer que não temos tido problemas, quer na relação com as suas instituições, quer nas relações entre os nossos povos. J.A Pode considerar-se já Angola um país estável em termos de movimentação de pessoas e bens?

KK- Nestes dois anos podemos dizer que a paz já é um processo irreversível. Não se vislumbra em Angola a possibilidade de novos conflitos. O povo angolano está cansado da guerra e não acredito que em Angola hajam pessoas interessadas em pôr em causa a paz e a estabilidade que estamos a viver. (...) Apesar das dificuldades, resultantes do estado lastimoso em que se encontram as estradas, já se circula em todo país.

O Governo esta neste momento a trabalhar para a reposição das pontes e para melhoria das estradas que ligam pelo menos os principais troços rodoviários que vão dar às capitais do país.

É verdade que nalguns casos é necessário termos sempre em conta a questão das minas. Apesar de

termos já iniciado a Desminagem, temos que reconhecer que este processo ainda levará algum tempo.

JA – Mas existem países e mesmos organizações internacionais que continuam a considerar Angola um país de risco

KK – Isso depende muito do que eles consideram risco. Pessoalmente acho que maior risco foi o que passamos no tempo da guerra, e que, acredito, já não voltaremos a viver. Quem tiver dúvidas, pode deslocar-se a Angola de carro para confirmar este facto com os seus próprios olhos.

JA – Em termos de realizações, no domínio social e da economia, o que é que de mais importante o Governo já fez desde que o país está em paz?

KK – Podemos dizer que uma das maiores tarefas que o Governo tem vindo a realizar é justamente a reposição daquilo que foi destruído durante a guerra. (...) Por exemplo, com esforços próprios, estamos a trabalhar no sentido de relançarmos o Caminho-de-ferro de Benguela, que já chegou ao município do Cubal, e as perspectivas indicam que até Dezembro o comboio apite no Bié.

Tudo isso tem exigido do Governo um grande esforço financeiro que as pessoas muitas vezes nem calculam, por falta de uma noção exacta dos níveis de destruição que sofreu o Caminho-de-ferro de Benguela, e o próprio país. Em paralelo, o Governo está também a trabalhar para a melhoria do Caminho-de-ferro de Luanda, que liga a capital do país à província de Malanje. Por outro lado, " _ mos outras realizações no domínio da energia eléctrica e água.

Tem se feito algum esforço ao nível das capitais das províncias e até mesmo dos municípios, tendo em vista o fornecimento destes preciosos bens populações. No domínio da educação, tem-se feito esforço significativo para diminuirmos o número de, lanças que se encontram a do sistema de ensino Em fim, podemos dizer que estamos a dar passos, alguns passo lentos, mas seguros, o sentido da satisfação das principais necessidade que as populações têm.

Agora, é preciso ter em conta que nestes dois anos de paz não vai ser possível repor tudo aquilo que foi destruído pela guerra de trinta anos: Os próprios recursos escasseiam e as necessidades são tantas que não se compadecem com os recursos que possuímos. É preciso ressaltar aqui que, no quadro da paz e reconciliação nacional, o Governo, por si só, fez um grande es-

forço financeiro para a desmobilização das forças militares da UNITA e a sua reintegração na vida social.

Temos ainda o problema dos deslocados que começaram já a regressar às suas províncias, isso para não falar do caso dos refugiados. Tudo isso reclama por uma urgência que força o Governo a encontrar soluções.

JA-E para o combate à pobreza?

KK – Apesar de não termos ainda alcançados os níveis desejados, existe um programa nesta vertente, como aliás acontece a gota em todos os países do mundo.

Por termos saído agora da guerra, nós teremos uma incidência maior no combate à fome e à pobreza, como um dos maiores pesadelos do conflito que devastou o país ao longo de quase três décadas. Por outro lado, sou de opinião de que devemos encarar o problema do combate à pobreza em duas vertentes: no quadro nacional e no quadro dos programas internacionais que estão a ser levados a cabo em todo mundo, no âmbito da eliminação da pobreza e a fome no mundo.

JA – Como avalia a situação dos deslocados e desmobilizados de guerra em Angola?

KK – Posso assegurar que nos dias que correm já não existe o movimento de deslocados que havia no passado.

O que está a acontecer é que alguns deslocados não querem mais regressar às suas áreas de origem e nenhum angolano pode ser obrigado a fazer o contrário.

Quanto aos desmobilizados, essa é uma questão cuja solução ainda vai demorar algum tempo. Como sabe, o Governo tem estado a dizer que este programa não está apenas direccionado aos ex-militares da UNITA.

O que se fez foi apenas priorizar este grupo, uma vez que estava contido no processo de paz. Na prática, o projecto engloba também as forças militares do Governo.

6.0 SERVIÇOS BÁSICOS

6.1 Luanda terá nova empresa de limpeza

Jornal de Angola...10-10-2004

A cidade de Luanda vai contar, a partir do início de

2005, com mais uma empresa privada vocacionada à limpeza e saneamento básico. Trata-se da Envirobac, Limitada, uma “joint – venture” que resultou da parceria entre sul africanos e angolanos, cujo contrato de investimento foi aprovado, pela Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP).

Com um contrato inicial, envolvendo três milhões de dólares, o investimento vai criar 170 postos de trabalho para nacionais.

Inicialmente, a empresa vai introduzir 21 meios rolantes de carga, como camiões compactadores e basculantes, bem como máquinas pás carregadoras e outros. Conforme apurou o “JA”, a empresa vai cuidar da limpeza e saneamento básico dos municípios de Viana, Samba, Kilamba Kiaxi, e do bairro Palanca e estrada de Catete.

De acordo com o administrador da ANIP, Ari Carvalho, o projecto vai aumentar a capacidade de recolha e tratamento de lixo na cidade de Luanda, contribuindo desta forma para o aumento do poder de intervenção do Governo da província no saneamento básico e por conseguinte, influenciar a melhoria do bem estar das populações.

O presidente da Enviroserv- empresa sul africana, Alistair Melean, garantiu que a Envirobac, dará um grande contributo na limpeza e saneamento de Luanda e a médio prazo na área ambiental.

A ANIP é o órgão do Governo responsável pela supervisão, implementação e aprovação de projectos de investimento.

6.2 Britânicos querem ajudar no saneamento de Luanda

Jornal de Angola...27-10-2004

O governo britânico poderá prestar assessoria técnica à Comissão de Gestão de Luanda para minimizar os problemas que enfrenta nos sectores de saneamento básico e água, segundo o parlamentar Jeremy Corbyn, que está no país à frente de uma delegação de quatro deputados das terras de Sua Majestade.

Jeremy Corbyn, ao falar à imprensa no final de um encontro com o coordenador de Gestão de Luanda, Job Capapinha, disse que a comitiva teve a oportunidade de viver e tomar conhecimento de alguns problemas que Luanda vive, pelo facto, sublinhou que tudo farão junto do Governo Britânico no sentido de prestar apoio técnico à super estrutura da capital do país.

Entretanto, pelo informe prestado pela Comissão de Gestão de Luanda, a delegação britânica assegurou ter saído satisfeita da reunião. "Ficámos impressionados com os projectos constatados relativamente ao saneamento básico, água, saúde, educação e o

melhoramento das estradas.

6.3 Moradores Aflitos E Indignados. Elisal cria entreposto de lixo na praia do bispo

Agora...02-10-2004

Os moradores da Praia do Bispo lançaram um grito de socorro ante o golpe ambiental que lhes foi infligido pelo Governo Provincial de Luanda, ao depositar entre as suas residências grandes quantidades de lixo recolhido à noite de toda a cidade.

Os moradores daquela zona rejeitam quilo que chamam de «novo inquilino da marginal». Trata-se do entreposto de lixo, ali a escassos metros do Mausoléu. A contenda começou quando a Elisal (Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda) adoptou a marginal da Praia do Bispo como local de passagem do lixo antes de ser levado para o aterro sanitário.

Os moradores estão agastados com os embaraços que tal lhes provoca. Alguns deles, mais próximos do local, dizem mesmo que a situação já dura há mais de um ano.

"Antes era a Urbana 2000. Agora é a Elisal, a depositar lixo naquele local" asseverou um morador, para quem aquilo constitui um propositado atentado contra a saúde dos munícipes da zona.

Os moradores contaram ao AGORA que o lixo em causa é recolhido no perímetro urbano da cidade e depositado no referido local na calada da noite por tractores e outras viaturas da Elisal. A partir das oito horas da manhã as mesmas máquinas começam a transportá-lo para o aterro central de lixo da capital em Viana.

E como tudo acontece numa altura em que toda a gente dorme, quando despertam são obrigados a coabitar com o cheiro nauseabundo do lixo bem como com os amigos do lixo, - larvas, micróbios, moscas, - que penetram para o interior das residências.

A senhora Madalena (preferiu identificar-se só com um nome) é moradora da Praia do Bispo há menos de três meses. Ela diz estar bastante aborrecida com o que encontrou, pois quando foi morar para o local já se vivia a situação, mas nunca pensou que fosse durar tanto tempo.

De algum tempo para cá a situação agravou-se em prejuízo dos moradores. O cheiro é insuportável e forte, principalmente quando as máquinas removem os resíduos sólidos para carregálos nas basculantes.

"Para além do barulho à noite, ao meio-dia não conseguimos almoçar nas nossas casas devido ao cheiro. Algumas famílias optaram mesmo por fazer refeições em restaurantes ou casas de familiares para se livrarem do cheiro. A situação é dramática", sublinhou Madalena, notando que anteriormente a deposição transitória do lixo era feita a alguns metros do lado das encostas do palácio presidencial. Entretanto, acrescentou, pelas mesmas razões que hoje afligem os moradores da zona em causa, a Presidência da República mandou afastar o aterro para um pouco mais longe.

"O cheiro subia e ia directo à casa do PR na Cidade Alta. Foi então que a Elisal, advertida, escolheu este local, achando-o ideal para entreposto de lixo", contou Madalena, tendo manifestado a sua indignação pelo facto de «o local mais afastado do palácio ter de ser logo ali no meio das residências». Paulo, que é um dos homens colocados no local para a supervisão do trabalho das máquinas da Elisal, disse a este semanário que o sítio foi indicado pelo Governo da Província de Luanda (GPL) e que os homens ali a trabalhar não tinham nada a ver se era um incómodo ou não para os moradores, pois segundo ele, estavam apenas a cumprir ordens superiores.

Fonte do GPL contactada pelo AGORA disse que a situação é resultante da suspensão das actividades da Urbana 2000, que devolveu os encargos de limpeza à Elisal. Por seu turno, o director geral da Elisal, Atanásio Rodrigues também contactado por este semanário, esclareceu que o local estava a servir de espaço transitório apenas por escassez de meios no transporte do lixo para o aterro sanitário central. Atanásio garantiu, entretanto, que tão logo a empresa receba novos meios até à próxima semana - aquele entreposto será banido.

Quem fica entregue aos maus odores da podridão do lixo da cidade ali depositado são os habitantes da zona que só se livrarão da situação, como disse o director da Elisal, dentro de uma semana.

7.0 SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

7.1 Cerca de 250 mil angolanos já regressaram ao país

Jornal de Angola...06-10-2004

Relatório/Grupo de Coordenação Humanitária tem na saúde e nutrição algumas das principais preocupações

Dois anos e meio depois do fim do conflito armado no país, um milhão de angolanos ainda vive em insegurança alimentar, de acordo com o relatório do Grupo de Coordenação Humanitária. No documento consta que existe um défice alimentar na ordem de 46,53 por cento. Tal situação fez aumentar o índice de mortalidade infantil nas províncias de Benguela, Bié, Huambo, Huíla, Kuando Kubango, Malanje, Uíje e Luanda onde em média são internadas mensalmente mil crianças com desnutrição aguda severa. A comunidade doadora internacional apoiou com cerca de 103 milhões de dólares os esforços do Governo em melhorar essa situação. Os constrangimentos prendem-se com o estado das vias de acesso às localidades distantes em que as minas se fazem presentes

Um total de duzentos e quarenta e sete mil e novecentos e trinta e seis (247. 936) angolanos já estão no país, provenientes dos países limítrofes. Deste número, 191 mil e 373 vieram espontaneamente e 56 mil e 563 fizeram-no no quadro do programa de repatriamento organizado.

Os dados constam do relatório do Grupo de Coordenação Humanitária, apresentado na sua 22ª reunião, que teve como objectivo avaliar as actividades desenvolvidas no âmbito da assistência social e humanitária no país e perspectivar acções a realizar até ao final do ano. De acordo com o documento, cerca de quatro milhões (3.994.217) de deslocados regressaram às áreas de origem.

No sector de saúde e nutrição, a taxa de mortalidade infantil continua elevada, isto é, em mil crianças que nascem, morrem 250. As causas são doenças como a malária, infecções respiratórias agudas, diarreia aguda, sarampo e tétano neonatal.

No primeiro trimestre deste ano, foram notificados 17 mil e 847 casos de malária, contra 27 mil e 276 registados no segundo trimestre. A doença teve maior prevalência nas províncias da Huíla, Kuando - Kubango e Cunene. A doença do sono, que é também um dos males que afecta a saúde pública, atingiu, num semestre, um total de 883 crianças.

O maior índice de mortalidade infantil é, no entanto, devido à má nutrição. Em média, mensalmente são internadas mil crianças com desnutrição aguda, nas unidades sanitárias de Benguela, Bié, Huambo, Huíla, Kuando - Kubango, Malanje, Uíje e Luanda. A desnutrição crónica afecta 45 por cento de crianças menores de cinco anos de idade. Os casos de meningite tiveram um aumento na ordem de 15 por cento.

Por sua vez, a pandemia do HIV/Sida atinge proporções alarmantes.

Para desanuviar a situação, constam do relatório acções de mobilização e sensibilização às populações e outros

sectores da sociedade na luta contra a malária, o engajamento multi-sectorial para o controlo da pandemia do HIV/Sida e o reforço das unidades de recuperação nutricional com pessoal capacitado e alimentos nutricionais para fazer face às populações repatriadas.

Igualmente, deve-se intensificar a campanha de vacinação de rotina com a constituição de redes mais alargadas, para permitir o aumento da taxa de cobertura, actualmente considerada baixa.

Por outro lado, há necessidade de os governos provinciais actualizarem a base de dados referente ao enquadramento da população oriunda das áreas de acolhimento.

Crianças continuam separadas das famílias

Um número elevado de crianças continua separado das suas famílias, devido a falta de dados, movimentação das famílias substitutas, dificuldades de acesso a localidades distantes e limitação de recursos.

O relatório do Grupo de Coordenação Humanitária, que não avança dados concretos sobre crianças separadas, aponta insuficiências de recursos para o seguimento do programa de registo de menores.

Os emolumentos cobrados para o registo de nascimento constituem um embaraço para às famílias pobres, que por este motivo privam as criança do direito à identidade. Muitas áreas escolhidas para o processo de repatriamento não dispõem de serviços básicos.

De acordo com o relatório, é necessária uma maior alocação de recursos ao Programa de Localização e Reunificação Familiar, para acelerar o processo de reunificação familiar e activar a comissão técnica do Ministério da Justiça, para também acelerar o mecanismo criado para atribuição de documentos de identidade aos retornados.

Defende ainda a continuação do processo de registo gratuito de menores nas províncias onde não foi concluída a angariação de fundos pelo Governo para a implementação do Plano Nacional de acção sobre Direitos Humanos.

Governo prioriza a reabilitação de estradas

Para facilitar o acesso e melhorar a assistência às populações, o Governo estabeleceu como prioridade permanente a reabilitação de estradas, pontes e outras infra-estruturas sociais.

De igual modo, segundo a vice - ministra da Assistência e Reinserção Social, Maria da Luz, o Governo continuará a envidar esforços adicionais, para disponibilizar recursos para o incremento das acções de desminagem e assim permitir uma maior comunicação e desenvolvimento das comunidades.

O difícil acesso a algumas localidades, a proliferação de minas e engenhos explosivos, bem como os condicionais da natureza, foram apontados como os principais obstáculos à assistência às populações de forma abrangente, gradual e positiva.

Apesar disso, afirma que a situação humanitária no país melhorou substancialmente, “tendo em conta o engajamento dos governos provinciais, das organizações nacionais e internacionais que nos espaços territoriais mais recônditos aplicam o direito humanitário”.

No que se refere ao apoio da comunidade internacional, em resposta ao último apelo, feito pelo Governo em matéria de assistência alimentar às populações necessitadas, a governante disse que reduziu em cerca de 40 por cento.

Considerando que o programa de repatriamento organizado dos angolanos que se encontram nos países vizinhos reiniciou o seu curso normal, afirma que é imperioso melhorar as condições de recepção e de reintegração, de modo a se evitar erros que impeçam a estabilização da vida das pessoas.

Apela, por isso, aos governos provinciais a trabalharem afinadamente para a conclusão e conseqüente encerramento, até ao mês de Dezembro deste ano, dos campos e centros de transição. Para Maria da Luz, é igualmente necessário um engajamento conjunto, com vista a viabilização de programas e projectos de desenvolvimento que visem a melhoria das condições de vida das populações nas áreas de difícil acesso e de maior concentração como forma de combater a pobreza.

Campanha agrícola tida como positiva

Apesar de registar um défice alimentar na ordem de 46,53 por cento, a campanha agrícola 2003/2004 foi considerada positiva pelo Grupo de Coordenação Humanitária.

Conforme o relatório, o regresso das populações permitiu um aumento das áreas cultivadas. A área semeada teve um aumento de 19,3 por cento, atingindo dois mil 832 e 765 hectares, contra dois mil 373 e 933 hectares semeados no ano agrícola 2002/2003.

Além das cheias, que afectaram consideravelmente o cultivo de cereais e leguminosas, a falta de recursos financeiros afectou também as actividades da campanha agrícola 2003/2004 e o início das actividades da campanha seguinte, no mês de Setembro. O Governo, através do Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars), distribuiu às populações necessitadas e instituições do Estado 290 toneladas de produtos diversos, das quais 239,5 foram de bens

alimentares. Comparativamente ao primeiro trimestre, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar diminuiu de 1,2 para 1,1 milhão. O maior número de pessoas que necessita de assistência alimentar está na região Centro e Sul do país. Entretanto, para que a campanha agrícola 2004/2005 obtenha melhores resultados, o Grupo de Coordenação Humanitária defende o alargamento da superfície irrigada, através da criação de pequenos esquemas de regadio e o estabelecimento de redes de pequenos produtores locais, apoiados por instituições afins, no sentido de se produzir boas sementes. Ao Governo apela-se à criação de condições que incentivem o sector privado a uma maior intervenção no meio rural, para permitir às famílias o acesso atempado aos factores de produção.

A degradação das estradas e pontes, aliada à presença de minas, continua a ser obstáculo ao acesso a algumas localidades e à assistência às populações.

O Grupo de Coordenação Humanitária recomenda que sejam criados mecanismos céleres de desminagem, reabilitação e construção de estradas e pontes

Por outro lado, tendo em conta o número de pessoas em insegurança alimentar, considera que é premente apelar a comunidade doadora para mais contribuições face à situação vigente. De igual modo, deve-se continuar a envidar esforços no sentido de melhorar a assistência médico - medicamentosa às populações, particularmente às crianças, e criar condições para melhorar a assistência nos centros nutricionais.

Comunidade internacional doa mais de 103 milhões de dólares

Mais de 103 milhões de dólares foram doados pela Comunidade Internacional para apoiar as populações vulneráveis e melhorar a situação humanitária no país, revelou o coordenador em exercício das Nações Unidas em Angola para assistência humanitária, Mário Ferrari.

A doação surge em consequência de um apelo lançado pelo Governo no sentido de a comunidade internacional apoiar o processo de estabilização das comunidades na fase de transição do conflito para a paz, da situação de vulnerabilidade para a estabilidade e da assistência para a auto-suficiência.

Através da doação, de acordo com os dados apresentados, o Governo inseriu um milhão de crianças na escola e criou condições para que cinco milhões de menores fossem vacinados, no quadro da estratégia de redução da mortalidade infantil.

Em termos de acesso, dezenas de pontes e cerca de mil

quilómetros de estradas foram construídas e reabilitadas. Na área de segurança alimentar, perto de meio milhão de hectares de terra foram cultivados. No que se refere à protecção, foi dada prioridade aos direitos humanos na agenda nacional, pelo que foram ministrados vários cursos e realizadas campanhas de sensibilização junto dos organismos de justiça.

Quanto ao regresso dos cidadãos às áreas de origem, o número aproxima-se a quatro milhões. Por outro lado, até ao final deste ano, prevê-se concluir o regresso voluntário e organizado dos refugiados.

Segundo Mário Ferrari, o Quadro de Acções de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF), com início em 2005, vai servir de guia para a planificação do trabalho da ONU nos próximos quatro anos.

O UNDAF apoia a estratégia do Governo na redução da pobreza e o seu compromisso de alcançar as Metas do Desenvolvimento do Milénio.

A par das oportunidades de desenvolvimento a médio e longo prazos, Mário Ferrari afirma que persistem as necessidades de cariz humanitário. “Mais de um milhão de pessoas continua a necessitar de assistência alimentar. 75 milhões de dólares que ainda resta do financiamento vão ser utilizado para completar a prestação da assistência prevista”. Por isso, acrescenta, “torna-se necessário fazer um esforço sustentado para dar continuidade ao processo de transição”.

Refere que a prioridade das Nações Unidas, durante o período de transição, é a capacitação contínua dos parceiros governamentais que estão a assumir progressivamente funções importantes de coordenação. Na sua visão, para que a coordenação seja efectiva, especialmente a nível das províncias, as responsabilidades devem ser claramente atribuídas e os responsáveis com competência política que lhes permite desenvolver o seu trabalho.

“O nosso desafio, enquanto parceiros humanitários, é percorrer a distância que separa a emergência do desenvolvimento. Começamos já a observar a redução dessa distância nas capitais provinciais e em algumas sedes municipais. Nas áreas rurais, registaram-se poucos progressos nesse sentido - algumas comunidades ainda encontram-se ainda totalmente dependentes das ONG para o acesso aos serviços sociais básicos”.

7.2 INAC vai executar programa a favor de meninos de rua

Jornal de Angola...08-10-2004

O director provincial de Luanda do Instituto Nacional da Criança (INAC), António Rosa, vai reunir-se hoje com organizações não governamentais angolanas, associações e igrejas, para abordagem de um programa de acção a favor das crianças de rua.

O programa de acção, concebido pelo INAC e que surge na sequência de um plano da Comissão de Gestão Administrativa de Luanda, prevê nomeadamente a recolha, na segunda quinzena deste mês, de crianças de rua e seu alojamento em centros de acolhimento e lares.

No quadro do referido programa de acção, cuja execução vai prolongar-se até ao mês de Dezembro, o INAC vai proceder à localização, a partir do mês de Novembro, das famílias biológicas das crianças de rua e à identificação de famílias substitutas, para inseri-las socialmente. Segundo dados do INAC, há 1.125 crianças de rua em Luanda.

Das tarefas a serem executadas em Outubro pelo INAC a favor da criança de rua constam ainda o levantamento das condições técnico-materiais dos centros de acolhimento e lares em cada município e a criação de uma equipa técnica multidisciplinar para elaboração da base de estudo sobre crianças de rua e o estabelecimento de um programa educativo específico para estas.

A reunião vai contar com a participação de membros da direcção provincial do INAC e de representantes de todos os municípios deste instituto.

7.3 Apesar de novas doações, PAM em Angola enfrenta carências financeiras

LUSA ...16-10-2004

O Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas continua a enfrentar graves carências financeiras para as suas operações em Angola, apesar de terem sido recebidas novas doações nas últimas semanas, disse hoje o porta-voz da organização.

“Continua tudo na mesma, apesar de termos recebido algumas contribuições dos doadores e a transferência de alguns montantes”, afirmou Manuel Cristóvão, porta-voz do PAM em Angola, em declarações à Agência Lusa.

Segundo Manuel Cristóvão, o PAM apenas recebeu até agora 88 milhões de dólares, o que representa pouco

mais de metade do total necessário para a execução das acções previstas para este ano em Angola. Numa nota de imprensa hoje distribuída em Luanda, a propósito do Dia Mundial da Alimentação (sábado, 16), o PAM refere que pretende assistir cerca de um milhão de pessoas em Angola durante o mês de Outubro. O PAM salienta que cerca de 730 mil pessoas são deslocados de guerra e refugiados que a organização “está a ajudar a regressar às suas terras de origem depois de três décadas de guerra no país”.

No entanto, o programa da ONU sublinha que “a crítica falta de recursos” tem obrigado a organização a realizar cortes nas rações alimentares. “Estes cortes poderão levar a um declínio do número de refugiados que pretendem regressar ao país e a retardar o processo de reassentamento”, admite o PAM. Por seu lado, na mensagem que assinala o Dia Mundial da Alimentação, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirma que “nunca houve tantos seres a passar fome, o que é inaceitável no nosso mundo de abundância”.

“Num planeta que tem capacidade para alimentar todos os homens, mulheres e crianças, é necessário fazer progressos, nos planos político, económico, científico e logístico, para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, que consiste em reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome”, salienta Kofi Annan. Recordando que o tema deste ano do Dia Mundial da Alimentação é “A biodiversidade ao serviço da segurança alimentar”, o secretário-geral da ONU refere que “a biodiversidade fornece a reserva genética de plantas, animais e microorganismos para a produção de alimentos”.

Nesse sentido, Annan lançou um apelo para que seja prestada “mais atenção à biodiversidade como um elemento-chave da luta contra os dois flagelos que são a fome e a pobreza”.

7.4 Criado gabinete de Reconstrução e reabilitação Nacional

Apostulado...20-10-2004

O organigrama presidencial dotou-se de mais uma estrutura: o Gabinete de Reconstrução e Reabilitação Nacional. A inovação foi anunciada no comunicado de imprensa no final de mais uma sessão do Conselho de Ministros realizada hoje. De acordo com o documento, caberá à nova estrutura «promover, acompanhar e supervisionar a implementação de programas específicos no domínio da recuperação económica e social». Gozará de autonomia administrativa e financeira e será chefiada por um

director nomeado pelo Presidente da República.

RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL

Por outro lado, a sessão aprovou o Programa Geral do Governo para o ano 2005-2006. «O Programa coloca a recuperação da produção nacional como núcleo central da articulação dos sub-programas que o constituem», explica o comunicado. Esclarece ainda que se trata de um «programa Intercalar, que procura solucionar as principais carências das populações, reabilitar as infra-estruturas económicas de efeitos multiplicadores mais evidentes, para a recuperação da produção interna e lançar as bases para a implementação do Plano de Médio Prazo, a ser elaborado com base na Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo». O comunicado indica que a meta de inflação estabelecida para o próximo ano está fixada em 15%, partindo de uma taxa de inflação do fim de 2004, estimada abaixo de 40%. Para o sector real da economia, «prevê-se que o Produto Interno Bruto (PIB) conheça um forte crescimento real de 16%, proporcionado principalmente pelo rápido crescimento da produção do petróleo bruto». Deste modo, prossegue o Governo, serão privilegiados no Orçamento de 2005 «projectos de investimento que visam o relançamento produtivo a curto prazo e o crescimento económico sustentável».

150 EMPREENDIMENTOS A INAUGURAR

Num outra vertente, a sessão aprovou o programa alusivo as festividades do 29º aniversário da Independência. Este programa, sublinha o comunicado, contempla «inaugurações de cerca de 150 empreendimentos, ao nível de todo o país».

A reunião também aprovou «o plano de intenções, com vista a comemoração condigna do 30º aniversário da independência Nacional, a assinalar-se a 11 de Novembro (de 2005)».

7.5 Parceiros humanitários preocupados com falta de apoio

Jornal de Angola...21-10-2004

O alerta consta do mais recente relatório sobre a situação humanitária em Angola, referente ao período entre Julho e Setembro, elaborado pelas Nações Unidas, ontem divulgado em Luanda.

“As Organizações Não Governamentais estão preocupadas com o apoio na fase crítica de transição do país, em que se passa de uma situação de emergência para um desenvolvimento a longo prazo”, refere o documento. Segundo o relatório, aquelas organizações receiam que, “agora que a emergência humanitária acabou, os países doadores injectem menos dinheiro em Angola sem que antes recebam

garantias de que os fundos vão ser adequadamente distribuídos”.

Esta preocupação resulta de uma análise do financiamento do Apelo Consolidado feito para este ano que, no final de Setembro, apenas tinha recebido cerca de 60 por cento das verbas prometidas pelos doadores internacionais. A questão tem vindo também a ser levantada há vários meses pelo Governo angolano, que defende a necessidade de ser realizada uma conferência internacional de doadores para financiar a reconstrução do país. Com o final da fase de emergência, não será feito um Apelo Consolidado para 2005, pelo que os parceiros humanitários “estão a preparar um documento estratégico para tratar de necessidades humanitárias que permanecem”. “Existe um claro consenso entre os parceiros humanitários de que, além das necessidades humanitárias específicas, durante o período de transição o maior problema será lidar com a extrema pobreza ligada à total ausência de serviços sociais básicos”, refere o relatório das Nações Unidas sobre a situação em Angola. “Áreas remotas e rurais continuam a sofrer de ausência quase total de serviços de apoio social nos lugares onde as organizações não governamentais não estão a operar”, alerta o documento, defendendo que “os benefícios da transição precisam de ser expandidos para além das capitais provinciais e municipais”.

Nesse sentido, considera que a formação de pessoal habilitado será um “factor chave para o Governo angolano assumir com sucesso a responsabilidade por esses serviços”.

Por outro lado, o relatório salienta que “a falta de acesso, devido à proliferação de minas, pontes destruídas e fracas condições rodoviárias, vai continuar a ser um grande problema e um possível factor de contribuição para a vulnerabilidade em 2005”. Apesar disso, o documento admite que “a desminagem está a tornar-se mais eficiente”, salientando que, nos primeiros oito meses deste ano, “foram desminadas mais estradas e campos do que em todo o ano de 2003”. Esta melhoria é atribuída à existência de mais equipamento mecânico de desminagem a operar no país. Com o início da estação das chuvas, que começou em meados de Setembro, costuma também aumentar o número de acidentes com minas, pelo que está a ser preparada uma “campanha massiva de sensibilização a nível nacional”, que vai abranger os principais meios de comunicação social. Esta campanha, uma iniciativa conjunta do Unicef e da Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), tem como principal objectivo a segurança rodoviária, incidindo especialmente na sensibilização dos motoristas de camiões e de veículos de transporte de passageiros.

Nesse sentido, está prevista a realização de acções de sensibilização em locais que funcionam como tradicionais pontos de encontro destes veículos nas principais vias rodoviárias do país.

7.6 Governo dos Estados Unidos apoia projectos de ONG

Jornal de Angola...28-10-2004

O Governo norte-americano entregou ontem, em Luanda, um donativo de 135 mil dólares a 11 organizações não governamentais angolanas para apoiar projectos nas áreas da luta contra a SIDA, direitos humanos, reabilitação de infra-estruturas e agricultura.

“Estamos dispostos a ajudar as organizações não governamentais angolanas porque elas desempenham um papel fundamental no seio da comunidade”, afirmou Cynthia Efirid, embaixadora dos EUA em Angola, numa breve intervenção durante o acto. Os 135 mil dólares (106 mil euros) ontem entregues estão integrados no apoio que o Governo norte-americano presta a organizações não governamentais angolanas desde 1994, que já ultrapassou o milhão de dólares.

Entre as instituições que ontem receberam donativos, a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD) recebeu a maior verba, com 25.000 dólares.

Segundo António Ventura, da AJPD, o donativo ontem recebido será aplicado “na defesa e promoção dos direitos humanos”.

Entre as outras organizações não governamentais beneficiadas encontram-se a Liga da Criança de Rua e do Ambiente, Acção Cristã para a Infância, Caritas do Lubango, Acção de Ajuda para o Desenvolvimento Social de Angola e o “Rotary Club of Luanda”.

8.0 OUTROS

8.1 Cunene: 75% da população não fala português

Agora...10-10-2004

Maior parte da população na província do Cunene não fala a língua portuguesa. A informação foi prestada ao Semanário Agora, pelo Delegado Provincial da Justiça Ovídio Pahula. Segundo ele, o problema é tão crucial e também tem contribuído para o atraso sócio-económico da província. “Como é que você quer desenvolver uma província se maior parte dos habitantes não falam a língua portuguesa”, ressaltou o responsável justificando que “isso”, não significa que a população local não seja culta. “A província carece de quadros e sobretudo de intelectuais. As leis do país são

escritas em português e isso é algo complicado para o cidadão do Cunene. Creio que cerca de 75% da população expressa-se em línguas nacionais, herero, nhaneca, e em ambó, só para citar estas”.Diante desta triste realidade, o Delegado Provincial da Justiça, adiantou ao Agora que é preciso andar depressa, para que as pessoas percebam o que isso de pluralismo de ideias e o Estado de direito, enfim, democracia. Ovídio Pahula disse por outra lado, que a província do Cunene deve ter apenas 30 a 50 universitários

8.2 Serviços angolanos de Inteligência controlam redes de terroristas - afirma especialista

Angop...21-10-2004

Luanda, 21/10 - Os Serviços de Inteligência Externa de Angola admitiram quarta-feira, em Luanda, a tentativa de penetração no país de redes afectas a organizações terroristas, durante uma palestra dedicada a posição do país na luta contra o terrorismo, proferida pelo seu director de Informação e Análise, Constantino Vitiaca.

O especialista explicou aos participantes, na sua maioria estudantes do Instituto de Relações Internacionais (IRI) e altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, que a penetração das células terroristas no país tem sido observada mediante contactos com homens de negócios e algumas organizações não governamentais com matriz islâmica.

Vitiaca assegurou que os seus serviços estão atentos a propagação das actividades dessas organizações, assim como têm o conhecimento perfeito do envolvimento de certas individualidades nacionais que, por ignorância ou falta de patriotismo, formaram empresas ou outros negócios com prováveis agentes da Al-Qaeda, sem terem contribuído com algum tostão.

A penetração dessas pessoas, explicou, é feita através de documentos falsos, porque muitas instituições de arquivos e notariais do país foram destruídas pela guerra, sendo actualmente difícil “saber quem é quem”.

Na sua maioria presume-se serem provenientes do Brasil, Líbia, Marrocos, Egipto, Sudão e Mali, Mauritânia, num total de 60 países onde terão fixado residência como se fossem cidadãos honestos e pacíficos.

“Angola está vulnerável à penetração dessa rede e não tem condições, neste momento, de controlar a sua longa fronteira marítima e terrestre, locais igualmente utilizados por essas pessoas. Contudo, admitiu Vitiaca,

algumas medidas estão a ser tomadas para limitar a actuação dos supostos agentes ligados ao terrorismo”.

Ao detalhar outras formas tradicionais de penetração dos agentes da Al-Qaeda, o director de Informação e Análise dos Serviços de Inteligência destacou que os mesmos utilizam a fachada de comerciantes interessados em investir em produtos de necessidade básica para as populações e criam armazéns e cantinas nos mais diversos bairros de Luanda.

Denunciou ainda que os produtos alimentares e domésticos a venda nesses locais têm preços imbatíveis, porque os mesmos recebem a mercadoria a consignação, através de alguém do exterior que envia o dinheiro e apenas recebe parte dos lucros dessa operação, aparentemente legal.

Esta forma de fazer comércio, sublinhou, impede que as empresas idóneas possam concorrer com elas, pois os preços praticados estão abaixo dos custos normais.

“Com esta prática, esses agentes tentam controlar o mercado informal e a circulação da moeda, que não entra nos bancos. Como o dinheiro não chega aos bancos, eles podem influenciar a taxa de câmbios do país e, por via disso, podem perfeitamente, quando quiserem e entenderem, gizar estratégias para disferir golpes contra a economia angolana”, admitiu Constantino Vitiaca.

Disse ainda que a actual lei de investimento privado abre brechas para a penetração desses homens, porque a mesma admite que até cinco milhões de dólares qualquer cidadão estrangeiro pode constituir uma empresa, sem se ter em conta a proveniência do dinheiro nem do seu portador, desde que o interessado cumpra com os pressupostos legais.

De uma forma pedagógica e preventiva, o alto funcionário da inteligência angolana chamou a atenção dos seus concidadãos para a existência de organizações islâmicas que já criaram escolas do primeiro, segundo e terceiro nível, com o objectivo de doutrinar as populações com o alcorão, a bíblia dos muçulmanos.

O aviso é igualmente extensivo para outras associações islâmicas que pretendem dar treino militar aos jovens, uma tarefa que é da inteira e exclusiva responsabilidade do Estado angolano.

A palestra de hoje enquadrou-se num ciclo de quatro que termina no dia 30 de Novembro deste ano, numa iniciativa do Instituto angolano de Relações Internacionais (IRI), órgão afecto ao Ministério das

Relações Exteriores (MIREX).

O segundo debate acontece no dia 28 deste mês e é dedicado aos “novos problemas do direito internacional”, tendo como prelector um académico francês.

O terceiro tema versa sobre “o factor religioso na vida política dos estados e nas relações internacionais”, a ser apresentado pelo reverendo Ntoni Nzinga.

A última palestra acontece no dia 30 de Novembro e abordará “as reformas das Nações Unidas”, e será proferida pelo representante do PNUD em Angola.

Os debates vão ter lugar na sala de conferências do IRI, sito no largo dos Ministérios, e o horário previsto é das 10h30 às 12h30